

Centro da discussão com o FMI são déficit operacional e a variável taxa de juro

por Claudia Safatle
de Brasília

Há quase uma certeza de que será possível cumprir as metas de superávit primário das contas públicas para o primeiro semestre, mas há muitas dúvidas sobre a possibilidade de o governo conseguir cravar a meta do déficit operacional, já que a grande variável — as taxas de juro — não pode ser estabelecida previamente. Ela depende da necessidade da política monetária.

Essa será a tônica principal das conversas da equipe econômica com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), que chegou ontem a Brasília.

Os dados relativos ao primeiro trimestre do acordo "stand-by" acertado com o FMI acabaram ficando ligeiramente melhores do que os anunciados no início do mês de maio. Depurados os números — quase foi possível cumprir a meta do superávit primário entre janeiro e março —, o governo enviou um técnico a Washington, para mostrar as novas estatísticas ao "staff" do fundo monetário. O coordenador de política fiscal do ministério da Economia, Fábio Barbosa, esteve no FMI há cerca de dez dias para explicar o que foi realizado no primeiro trimestre, dada a conjuntura de queda da receita tributária.

POLÍTICA FISCAL

Os indicadores de política fiscal até março e as dificuldades do trimestre abril-junho serão os assuntos básicos que a missão do FMI detalhará. A equipe econômica está confiante na possibilidade de cumprir o superávit de Cr\$ 14,8 trilhões no conceito primário (exclusive encargos de dívidas). Sustenta essa expectativa a virada que foi observada de abril para maio na arrecadação de impostos, levando o Tesouro Nacional a um superávit de caixa de Cr\$ 210,1 bilhões. Como o conceito primário não representa critério de performance para o FMI, a compreensão ou não da direção do fundo terá componente fortemente política.

Pelos dados recalculados para janeiro-março, o superávit primário estabelecido no acordo era de Cr\$ 6,5 trilhões, e foi possível acumular um saldo posi-

vo de Cr\$ 6,193 trilhões. O desvio da meta operacional (que contabiliza os gastos com encargos de dívidas) foi bem maior: o déficit ficou cravado em Cr\$ 8,528 trilhões, com uma diferença para mais em relação a meta do acordo, de Cr\$ 2,9 trilhões; e o déficit nominal (que inclui a correção monetária e cambial das dívidas) passou dos Cr\$ 59 trilhões acertados inicialmente com o fundo para Cr\$ 63,157 trilhões.

SUPERÁVIT

O fato de ter quase cumprido o superávit primário em março e a expectativa de encerrar o primeiro semestre com pelo menos essa meta dentro do acordo estabelecido — os indicadores de abril e maio mostram que o governo central conseguiu manter-se estritamente dentro do previsto no conceito primário — mostram, segundo uma fonte da equipe econômica, que o governo está determinado a cumprir o acordo assumido junto a instituição, "e eles sabem que estamos fazendo o humanamente possível".

Com a queda de quase 15% reais nas receitas do primeiro trimestre, e a falta de condições para fazer uma política fiscal mais austera do que vinha sendo praticada, foi necessário lançar mão da política de elevação das taxas de juro.

Com a melhoria da performance fiscal — a partir de uma recuperação das receitas do governo federal —, será possível diminuir a intensidade dos juros reais, que contaminam parte da dívida monetária de agora em diante, reduzindo a pressão fiscal advinda da política monetária. A expectativa é de que, passado o sufoco dos meses iniciais, será possível administrar a taxa de juros de modo que essa variável não supere em mais do que 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) a meta original, na contabilidade de final de ano.

Não está previsto, na agenda da equipe econômica com os técnicos do FMI, rediscutir os méritos do programa acertado com a instituição em fevereiro passado. Apesar de a taxa de inflação não ter cedido do patamar de 21 a 22% ao mês, continua prevalecendo, de ambos os lados, a convicção de que o caminho está correto, e que é necessário perseverar.